

A Escola Inclusiva e a igualdade de oportunidades

PAULA ZÊZERE (*)

Sócrates dizia que o fim último da educação era tornar as crianças inteligentes e boas.

Hoje a questão colocada na Escola é encontrar, e para isso precisa procurar incessantemente, quais as estratégias, as novas formas, de conseguir alcançar esse objectivo.

Tanto Freud como Ferenczi consideram o conhecimento como uma fonte central de progresso e de humanização, e a ignorância como uma fonte da doença e da paixão irracional. Para eles o conhecimento equivalia à compreensão e o recalamento à ignorância.

A realidade socio-económica e cultural de Portugal e do Mundo está definitivamente alterada.

O sistema de valores mudou radicalmente.

Actualmente há uma enorme e generalizada dificuldade em encontrar normas, padrões e modelos reguladores do comportamento. Poucos se arriscam a compromissos, por isso comprometedores, que impliquem indicadores de acção e de pensamento que possam constituir-se como modelos de referência, ainda mais, quando, poderão ser apelidados de «não correctos socialmente» ou de «politicamente incorrectos».

Goffman, em 1975 dizia-nos que: «Na América, existia apenas um tipo de homem adulto que não corava,

- O jovem pai de família, casado, branco, cidadão, nórdico, heterossexual, protestante, diplomado por uma Universidade, empregado a tempo inteiro, de boa saúde, com um bom peso, uma altura suficiente e praticante de um desporto.»

Actualmente, no início deste 3.º milénio, existem até palavras que os mais jovens têm pudor em referenciar. Palavras com «amor», «felicidade», «amizade», «crer», «escolher», «acreditar», ou «optar» são hoje consideradas palavras comprometedoras e difusas no seu significado.

Só modificando atitudes, será possível, talvez, percorrer o caminho do desenvolvimento de forma mais consistente.

É neste contexto que me fará sentido tentar analisar, a preocupação tida ao longo da História, dada ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência.

É com o Cristianismo que a pessoa se eleva a uma categoria absoluta e, é também nesta época que se iniciam as tentativas de compreensão, diria o trabalho de dar significado à diferença.

Esta procura – dar significado à diferença – ainda hoje se mantêm como uma procura incessante.

(*) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Aquando do nascimento de uma criança deficiente no seio de uma família, a questão posta de imediato pelos pais é «Porquê a nós» «O que fizemos de errado para merecer tal punição?».

Existe um trabalho cognitivo e emocional intenso, no sentido de tentar perceber o que falhou e deu origem a esta «catástrofe humana».

Percorrendo a história da História também verificamos que a preocupação tida no atendimento à diferença é, em si mesma, operadora de mudanças irreversíveis e que contribui, inequivocamente, para melhorar o atendimento a todos.

Quem se lembra, hoje, como e porquê foi inventado o isqueiro?

Afinal teve como objectivo, permitir aos mutilados, da 2.^a Guerra Mundial, poderem continuar a acender os seus cigarros sem ajuda!

Os novos olhares sobre os velhos problemas são fonte de novas respostas, com base e sustentadas na criatividade e na vontade de mudar.

Exemplo do que acabo de expor é o Relatório Warnock, datado de 1978, que veio incrementar, definitivamente, mudanças sociais irreversíveis, no atendimento às crianças com necessidades educativas especiais.

Neste relatório enfatizam-se o tipo e o grau de problemas de aprendizagem ao nível psicopedagógico e não ao nível médico, como até aí se fazia.

A mudança de paradigma poderá e virá, com certeza, a transcender e a transpôr o seu âmbito de actuação, ou seja, não será apenas aplicável às crianças com deficiências comprovadas ou não, mas sim a todas as crianças incluídas no sistema regular de ensino, mais que não seja, a presença física de alunos com características especiais obriga a alterações na forma e conteúdos programáticos de todo o Plano Educativo e, por isso, na própria dinâmica da Escola.

A Escola passou a atender APENAS ALUNOS e não crianças com determinadas características, excluindo, por isso, outras.

Haverá algo mais injusto e desumano do que restringir a partilha entre pares?

A escolaridade obrigatória passou a abranger TODOS os que tivessem idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos de idade, independentemente das suas competências ou limitações.

Esta determinação está consagrada sob a forma de Decreto-Lei no n.º 319/ 91, onde se proclama a «ESCOLA PARA TODOS».

Afinal todos nós, de uma forma ou de outra, apresentamos necessidades específicas ao longo da vida, tendo por base contextos e acessibilidades na informação recebida, nos inputs, processamento e outputs que realizamos, fundamentados num suporte afectivo mais ou menos contentor das angústias e dos medos, das alegrias e das paixões, poderia dizer da forma como vivenciamos, aprendemos a experimentar e a sentir a VIDA.

Podemos então dizer que a Instituição Escola demorou, mas acabou finalmente por assumir, pelo menos no plano formal, aquilo a que se propôs desde o início do século XX, ser ela a promotora da tão clamada «IGUALDADE DE OPORTUNIDADES».

A Constituição Portuguesa estabelece, no seu Artigo n.º 74 que:

«O ensino deve contribuir para a superação de desigualdades económicas, sociais e culturais.»

Promover a igualdade de oportunidades não é, de facto, dar o mesmo a todos, mas antes, dar a cada um aquilo que lhe faz falta.

Este termo, tão mal compreendido e tão mal interpretado, é um dos pilares fundamentais da construção do Estado que se quer Democrático, fundado em princípios consignados nos Direitos Humanos, Cívicos, Políticos, Religiosos e Sociais.

No Documento das Nações Unidas sobre a IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, e datada de 1998, define-se este conceito da seguinte forma:

- «Processo pelo qual os diversos sistemas da sociedade e o meio envolvente (serviços, actividades, informação, etc.) se tornem ACESSÍVEIS a todos.
- Implica ainda que as necessidades de todos e de cada um tenham igual importância, que sejam essas necessidades a base de planeamento das sociedades e que todos os recursos sejam utilizados de forma a garantir a cada pessoa uma igual oportunidade de participação.
- As pessoas com deficiência, quando atingem a igualdade de oportunidades, passam também a ter iguais obrigações.
- À medida que os direitos forem atingidos as sociedades devem aumentar as suas expectativas face às pessoas com deficiência.»

A tomada de consciência das noções fundamentais contidas neste conceito obriga-nos a empreender esforços no sentido de tentarmos responder, da forma mais eficaz possível e em tempo real (atempadamente), às necessidades dos alunos abrangidos por esta medida.

Outra noção fundamental é o conceito de ACESSIBILIDADE.

Hoje questionamos de forma, que considero pertinente as questões da acessibilidade.

Desde as questões arquitectónicas, as alterações programáticas, revistas sem conta e reformadas sem tempo de serem avaliadas (!), dão ênfase ao processo de ensino-aprendizagem fundamentando-o em processos onde aprendizagens sem significado e, por isso, mais facilmente aprendidas e apreendidas, para serem reutilizadas noutro contexto.

Se não servem este objectivo, então para que servem efectivamente?

Acessibilidade aos conteúdos programáticos, aos Serviços às actividades, aos locais e à informação são premissas fundamentais para que a igualdade de oportunidades se incremente definitivamente, pelo menos, nunca seja esquecida no plano dos princípios.

O TEMPO outra noção fundamental.

Questionado sobre o que era efectivamente o TEMPO, Einstein dizia que:

- Tempo era aquilo que o relógio marcava.

A percepção do tempo está condicionada por diferenças individuais e culturais, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, na orientação do passado, presente, futuro e, ainda, no ensino da importância dada ao tempo na organização da experiência.

Há sociedades em que a importância dada ao tempo é insignificante, contrastando com outras, que se orgulham da pontualidade dos seus horários e que programam actividades com grande precisão.

As crianças, por norma, olham o futuro, anseiam «ser crescidos».

Os adultos gostam de olhar o passado, mas o adolescente típico, move-se à frente e activamente no tempo, interessado, principalmente, em viver o presente.

Sem consciência da continuidade e sucessão ordenada do tempo e do ritmo dos factos, a criança faz poucas tentativas para utilizar o pas-

sado, para predizer, antecipar, planificar e ordenar os factos de um futuro imediato e/ou distante.

As diferenças individuais de percepção temporal podem estar relacionadas com factores fisiológicos (reguladores internos) e com factores psicológicos, estes relacionados com o fenómeno da percepção de um aumento relativo, no aspecto qualitativo do tempo, com a diminuição real do intervalo de tempo, ou o fenómeno contrário.

Se anteriormente falámos de acessibilidade, aqui o tempo é uma variável incontornável.

Hoje reconhecemos ritmos diferenciados nos processos de adaptação cognitiva, no desenvolvimento humano em geral e nos ritmos de aprendizagem.

Variáveis fundamentais quando preconizamos percursos «o menos restritivos possíveis».

O estudo sobre literacia em Portugal, coordenado por Ana Benavente e editado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1996 refere que o insucesso prolongado e a renúncia à escolaridade obrigatória constituem um dos correntes fenómenos de exclusão.

Por este motivo a preocupação em encontrar as variáveis que tornam a Escola um local pouco sugestivo e pouco agradável, tantas vezes referenciado como hostil e desinteressante, onde o processo de ensino-aprendizagem, que deveria ser de Descoberta constante e de encontro se transforma num deserto afectivo de onde é necessário fugir a todo o custo!

Muitos pais e professores querem que os seus filhos e alunos aprendam muito e depressa. Este convite à impulsividade, passagens rápidas à acção, relembrando Pedro Streckt, na pág. 149 do seu livro, a propósito da violência:

«os comportamentos são essencialmente descargas de pulsões relativamente primárias, isto é, o comboio que leva a agir nunca parou no apeadeiro do pensar.»

Sabemos que passagens ao acto e comportamentos impulsivos, são em larga escala factores determinantes na origem do erro, promotores por isso do insucesso que se inicia, ou amplia na escola, transformando-se em insucesso pessoal e que se vai alastrar a vida profissional.

O conflito pode ser a origem, e por isso o ponto de partida, da exclusão.

A Escola deverá ser o local, de passagem é verdade, mas parte integrante de um percurso pessoal e social que se quer o mais harmonioso possível, para possa ser construído à semelhança das expectativas individuais.

Para os jovens, trabalho deverá significar uma das portas de entrada na vida adulta e, conseqüentemente, a conquista da autonomia pessoal e social, afinal é para isso que se cresce!

A Escola, como a entendo, deveria ser um local de passagem, é verdade, mas, acima de tudo um local de VERDADE.

Por outro lado constatamos, segundo dados oficiais, que o desemprego atinge fundamentalmente, preferencialmente e, diria, cirurgicamente os grupos específicos de jovens e mulheres com baixas qualificações académicas ou baixas qualificações profissionais (ex. recém-licenciados), paradoxal, já que sendo detentores de altas qualificações académicas não lhes são reconhecidas competências profissionais, então para que servem os estudos superiores? Supostamente, ou será tradicionalmente, as faculdades davam competência profissional...

Na companhia da falta de rendimentos, o desemprego traz a frustração social e pessoal.

Os processos de exclusão ancoram nos elos de cadeia de «negatividades», como por exemplo:

- Redes familiares fragilizadas
- Insucesso escolar
- Desemprego
- Isolamento social
- Dificuldades de acesso a bens de consumo.

Um ciclo difícil de quebrar mas ainda mais difícil de suportar!

Outra noção fundamental é o conceito de NEE – Necessidade Educativa Especial.

A sua maior virtude é assentar sobre a funcionalidade do próprio conceito. Hoje importa, acima de tudo, o ESTADO FUNCIONAL, remetendo a sua análise para aquilo que todos os alunos esperam do sistema educativo, enquanto frequentam a Escola, ou seja, que efectivamente o atendimento pedagógico percebido tenha em atenção as características e particularidades e que os apoios e serviços se organizem de forma a chegarem onde são necessários.

Esperam que a Escola os reconheça individualmente, enquanto PESSOAS.

O Movimento preconizado pela Escola Inclusiva tem como meta atingir, e alicerçar, a construção de uma nova forma de Estar e Ser social, a Sociedade Inclusiva.

Uma sociedade que se quer mais justa e, por isso, obrigatoriamente mais solidária.

O percurso escolar, tal como o nome indica, só faz sentido enquanto uma fase, uma etapa, tem, por isso, de servir como instrumento promotor do desenvolvimento pessoal e social, logo o veículo facilitador da inserção social, servindo efectivamente para tornar mais acessível a transição para a vida adulta, promovendo o sentimento de competência, a eficácia, o bem-estar, ser um veículo promotor da efectiva melhoria da qualidade de vida.

Se não é esse um dos seus objectivos, então para que serve?

Pretende-se que o adulto, a PESSOA, seja detentora da sua vida e as possibilidades de opção existam efectivamente.

Que a escola cumpra a sua missão, funcione como um «operador» da inserção social, a vários níveis.

Por um lado promova a aquisição efectiva de competências de literacia (ao nível da leitura, da escrita e do cálculo), mas também a capacitação e definição de possibilidades de localização no mundo do trabalho, mais precisamente do emprego e de acesso às hipóteses de ascensão de classe social.

Segundo Garcia (2000), outra constatação, «aterradora», digo eu, é verificarmos que a Escola acolhe melhor os que não precisam, do ponto de vista social, de ser tão bem acolhidos e acolhe pior aqueles que mais precisariam de si.

Sabemos ainda que são os pais mais esclarecidos, logo os que precisariam menos, os que mais vezes se deslocam e participam na vida escolar, mas também os mais ouvidos.

São os professores mais atentos aqueles que, normalmente, procuram e solicitam mais informação, enfim, um rol de constatações preocupantes, que nos obrigam a reflectir e a tentar perceber os porquês!

Também verificamos que são os alunos que apresentam padrões mais reguladores, tanto em termos cognitivos como sociais os que da Escola recebem maior gratificação.

Diria que me sinto a «jogar» um jogo viciado e por isso sem validade!

Assim não vale!

Vou agora transcrever um texto que considero magnífico e, que contem em si tudo aquilo que quero dizer.

O texto é de Pedro Strecht, conhecido pedopsiquiatra que não precisa de apresentações.

Este texto pertence ao livro da sua autoria intitulado «CRESCER VAZIO», 3.^a edição, 1998:

ALGUNS DIREITOS/MUITAS INGENUIDADES

- Todas as crianças com mais de cinco anos têm direito a desabafar.
- Todas as crianças até aos onze ou doze anos têm direito a andar grátis no Carrocel quando estão de férias.
- Todas as crianças que andam na Escola têm direito a serem alegres, terem amigos e a brincarem com os outros. Têm direito a ter uma Professora que não grite com elas.
- Todas as crianças têm direito a ver o mar verdadeiro, especialmente em dia de maré vazia.
- Todas as crianças têm direito a, pelo menos uma vez na vida, escolher um chocolate que lhes apeteça.
- Todas as crianças têm direito a terem orgulho na sua existência.
- Todas as crianças têm direito a pensar e a sentir como lhes manda o coração, até serem velhas, aí com uns vinte anos.
- Todas as crianças têm direito a terem em casa o Pai e a Mãe, os irmãos, se houver, e comida. Se o Pai e Mãe não conseguirem viver juntos têm direito a que cada um deles respeite o outro.
- Todas as crianças têm direito a deitarem-se no chão para ver as nuvens passar, imaginando formas de todos os bichos do Mundo combinadas com as coisas que quiserem (por exemplo, um cão a andar de patins ou uma girafa de orelhas compridas).
- Todas as crianças têm direito a começarem uma colecção não interessa de quê.
- Todas as crianças têm direito a chupar o dedo indicador que espetaram num bolo acabado de fazer ou então lambe-lo a colher com que raparam a taça em que ele foi feito.
- Todas as crianças têm direito a tentarem manter-se acordadas até tarde numa noite de Verão, na esperança de verem uma estrela cadente e pedirem três desejos (a justiça devia fazer acontecer sempre pelo menos um).
- Todas as crianças têm direito a escrever ou a falar uma linguagem inventada por elas (ou que julgam inventada por elas), como por exemplo a «linguagem dos pêês»: «apa linpingupuapagem dospos pêspês».
- Todas as crianças têm direito a imaginar o que vão querer fazer quando forem grandes (habitualmente coisas extravagantes) e a perguntar aos adultos «o que queres ser quando fores pequenino?».
- Todas as crianças têm direito a dormir numa cama sua, sentindo o cheiro da roupa lavada, e a terem um espaço próprio na casa, pelo menos a partir do ano de idade.
- Todas as crianças têm direito a passear na rua tentando pisar apenas o empedrado branco (ou só o preto); em opção, têm direito a fazer uma viagem contando quantos carros vermelhos passam na faixa contrária.
- Todas as crianças meninos têm direito a, pelo menos uma vez na vida, perguntar a uma menina «queres ser a minha namorada?» e todas as meninas têm direito a, pelo menos uma vez na vida, responder, «sim, quero».
- Todas as crianças têm direito a ouvir um adulto contar pelo menos uma destas histórias: Peter Pan, o Príncipezinho ou o Príncipe Feliz.
- Todas as crianças têm direito a ter alegria suficiente para imaginar coisas boas antes de dormirem e depois, a sonhar com elas.
- Todas as crianças têm direito a ter um boneco de peluche preferido, especialmente quando velho, já lavado e mesmo com um olho a menos.
- Todas as crianças (especialmente se já adolescentes) têm direito a usar os ténis preferidos, mesmo que rotos e com cheiro tóxico.
- Todas as crianças têm direito a poder tomar banho sozinhas e a experimentar mergulhar na banheira contando o tempo que aguentam sem respirar.
- Todas as crianças têm direito a jogar aos

polícias e ladrões, preferindo inevitavelmente serem ladrões.

- Todas as crianças têm direito a ter um colo onde se possam sentar, enroscar como numa concha e receber mimos.
- Todas as crianças têm direito a nascer iguais em direitos.
- Todas as crianças têm direito a conhecer o sítio onde nasceram e a visitá-lo livremente.
- Todas as crianças têm direito a não ficarem sozinhas a chorar.
- Todas as crianças têm direito a viver num País que tenha um Ministério da Infância e Juventude, que olhe verdadeiramente pelo crescimento afectivo e bem-estar interior (sem preconceitos adultocênticos ou hipocrisias com ares de cromo abrilhantado).
- Todas as crianças têm direito a acreditar que têm um adulto que olha por elas e as ama sem condição prévia (nem que seja Nosso Senhor).
- Todas as crianças têm direito a viver felizes e a ter paz nos seus pensamentos e sentimentos.

Pelo que apresentei, considero muito importante tomar consciência que no plano formal muito está feito.

A disparidade existe, fundamentalmente, no confronto absurdo entre o que a Lei consagra e o que efectivamente se pratica, passando sistematicamente por cima de enunciados importantes, sem respeito, que pelos actos ninguém se responsabilize.

Habitualmente refiro, que a última invenção foi a pólvora, hoje o importante é recriar modelos, reinventar soluções, mudar pontos de referência, confrontar pontos de vista e, talvez assim, encontrar novas respostas para velhos problemas.

Acreditar, crer, escolher melhor, saber dizer sim e também não, ter convicções e não ser fanático, ter valores mesmo quando parecem ridículos, no fundo, creio, TORNARMO-NOS PESOAS.

Quero ainda aqui lembrar Bertolt Brecht (1930), que nos deixou, entre outras, estas recomendações essenciais:

«Devem desconfiar de tudo até do mais pequeno pormenor, mesmo que lhes pareça insignificante. Procurem ver se está certo, principalmente se é como de costume! Pedimos expressamente que não achem natural!

Aquilo que acontece sempre! (...)

Devem estranhá-lo embora não seja estranho, achá-lo inexplicável embora seja usual, incompreensível embora seja a regra (...)

UM VIVA À VIDA.

RESUMO

A autora faz uma reflexão sobre a nova ordem socio-económica e cultural e a sua influência sobre a elaboração de normas, padrões e modelos que regulam os comportamentos.

É feita referência às respostas acessíveis às pessoas com necessidades especiais nomeadamente nos planos legal e educativo.

É ainda destacada a Escola Inclusiva, paradigma que permitiu deslocar o enfoque da intervenção do domínio estritamente médico para o âmbito psicopedagógico.

Palavras-chave: Pessoas com necessidades especiais, educação, Escola Inclusiva.

ABSTRACT

The author reflects on the new social-economic and cultural order and its influence on norms, patterns and models that regulate behaviours.

A reference is made to the answers available to people with special needs, namely on the legal and educational level.

Inclusive School, the paradigm that allowed intervention to move from the medical domain into the psychopedagogical domain, is emphasised.

Key words: People with special needs, education, Inclusive School.